



ESAF
Escola de Administração Fazendária
Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Concurso Público - 2012
(Edital ESAF n. 23, de 6/7/12)

Cargo:

Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

Prova 2

Conhecimentos Específicos

Área:

Geral

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:
“A disciplina é a parte mais importante do sucesso.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7, do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

DIREITO TRIBUTÁRIO

1 - Responda às perguntas abaixo e em seguida assinale a opção correta.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros. Isso, em tese, impede à lei de um Município atribuir à União a condição de responsável pela retenção na fonte do imposto sobre serviços?
- II. Para combater o tráfico de gado infectado de uma região para outra, pode o Estado impor tributos interestaduais ou intermunicipais?
- III. Atende ao princípio da anterioridade a majoração de um imposto no dia 2 de dezembro de um ano, para ser cobrado no exercício seguinte?
 - a) Sim, não e não.
 - b) Sim, sim e sim.
 - c) Não, não e sim.
 - d) Não, sim e não.
 - e) Não, não e não.

2 - O ouro, quando não for considerado como simples metal, mas definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do _____.

Esse imposto é devido na operação _____. Está sujeito à alíquota _____, já estabelecida na Constituição. O produto da arrecadação pertence _____.

- a) ICMS / de origem / máxima / ao Estado.
- b) ICMS / de destino / máxima / ao Estado de destino.
- c) IOF / de origem / mínima / ao Estado e ao Município de origem.
- d) IOF / de origem / máxima / À União e, compartilhadamente, ao Estado e Município de origem.
- e) IOF / de destino / mínima / ao Estado e ao Município de destino.

3 - Responda às perguntas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

Os decretos que apenas em parte versem sobre tributos compreendem-se na expressão “legislação tributária”?

A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas, relativa às obrigações principais ou acessórias, somente se pode estabelecer mediante lei?

Segundo o Código Tributário Nacional, a atualização do valor monetário da base de cálculo, de que resulte maior valor do tributo, pode ser feita por ato administrativo, em vez de lei?

- a) Não, não e não.
- b) Sim, sim e sim.
- c) Não, não e sim.
- d) Não, sim e não.
- e) Sim, não e não.

4 - Avalie as três proposições abaixo, à luz do Código Tributário Nacional, e responda à questão correspondente, assinalando a opção correta.

- I. Em regra, a definição do fato gerador da obrigação tributária principal só pode ser estabelecida em lei, mas a definição do sujeito passivo dessa obrigação pode ser estabelecida em decretos e normas complementares.
- II. A obrigação acessória tem por objeto a prestação positiva de pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e outras prestações previstas no interesse da arrecadação.
- III. Poderão ser desconsiderados pela autoridade os atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.

Contém ou contêm erro:

- a) apenas as duas primeiras proposições.
- b) apenas a primeira.
- c) apenas a segunda.
- d) apenas a terceira.
- e) nenhuma, pois as três estão certas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

5 - Avalie as três proposições abaixo, à luz do Código Tributário Nacional, e responda à questão correspondente, assinalando a opção correta.

- I. No ICMS incidente sobre o ponto telefônico, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que o sujeito ativo da obrigação tributária é a concessionária, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- II. Um menor de 10 anos de idade é absolutamente incapaz do ponto de vista civil e tributário.
- III. Salvo se a lei o previr, os contratos feitos entre o contribuinte do ITR e o arrendatário do imóvel, para excluir a responsabilidade daquele pelo pagamento desse imposto, embora válido entre as partes, não é eficaz em relação à fazenda pública.

Contém ou contêm erro:

- a) apenas a segunda proposição.
- b) apenas a terceira.
- c) apenas as duas primeiras.
- d) apenas a primeira.
- e) nenhuma, pois as três estão certas.

6 - Avalie as três proposições abaixo, à luz do Código Tributário Nacional, e responda a questão correspondente, assinalando a opção correta.

- I. Os condôminos de um imóvel são solidariamente obrigados pelo imposto que tenha por fato gerador a respectiva propriedade.
- II. Segundo entendimento do STJ, a expressão 'crédito tributário' não diz respeito apenas a tributo em sentido estrito, mas alcança, também, as penalidades que incidam sobre ele.
- III. No lançamento por homologação, a legislação impõe ao sujeito passivo o dever de pagar, sem que o fisco tenha previamente examinado a matéria ou cobrado o tributo.

Contém ou contêm erro:

- a) apenas as duas primeiras proposições.
- b) apenas a primeira.
- c) apenas a segunda.
- d) apenas a terceira.
- e) nenhuma, pois as três estão certas.

7 - É incorreto dizer, em relação à recuperação judicial,

- a) que a concessão desse regime de pagamento dos créditos depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.
- b) que a alienação de unidade produtiva isolada acarreta para o adquirente a responsabilidade pelos tributos, relativos ao fundo adquirido, quando o adquirente for sócio da transmitente.
- c) que condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial dependem de lei específica.

d) que a inexistência da lei estadual específica de parcelamento importa na aplicação das leis gerais, sobre o assunto, do Estado ao devedor.

e) que a alienação judicial de filial acarreta para o adquirente a responsabilidade pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido.

8 - Analise as proposições a seguir e assinale a opção correta.

I. Se a Constituição atribuir à União a competência para instituir certa taxa e determinar que 100% de sua arrecadação pertencerá aos Estados ou ao Distrito Federal, caberá, segundo as regras de competência previstas no Código Tributário Nacional, a essas unidades federativas a competência para regular a arrecadação do tributo.

II. Embora seja indelegável a competência tributária, uma pessoa jurídica de direito público pode atribuir a outra as funções de arrecadar e fiscalizar tributos.

III. É permitido, sem que tal seja considerado delegação de competência, cometer a uma sociedade anônima privada o encargo de arrecadar impostos.

a) As duas primeiras afirmações são corretas, e errada a outra.

b) A primeira é correta, sendo erradas as demais.

c) As três são corretas.

d) A primeira é errada, sendo corretas as demais.

e) As três são erradas.

9 - Responda às perguntas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Se o lançamento não foi notificado ao sujeito passivo, pode ser livremente alterado pela autoridade?

II. A alteração de entendimento (modificação dos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa) no exercício do lançamento pode ser efetivada, em relação aos outros contribuintes, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução?

III. A certidão com efeito de negativa pode ser expedida em favor de contribuinte que tenha efetuado o depósito do montante integral do crédito tributário, pois, em tal caso, este estará com sua exigibilidade suspensa?

a) Não, não e não.

b) Sim, sim e sim.

c) Não, não e sim.

d) Não, sim e não.

e) Sim, não e não.

10- O CTN prevê que a importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos de

- a) recusa de recebimento.
- b) cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável.
- c) subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal.
- d) subordinação do recebimento ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória legalmente estipulada.
- e) exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

11- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. A isenção, desde que concedida por prazo certo, e independentemente de ser condicionada a contrapartidas por parte do contribuinte, não poderá ser revogada por lei.
- II. A anistia só abrange as infrações cometidas a partir da sua vigência, devido ao princípio da irretroatividade das leis.
- III. A anistia dos crimes, concedida em lei penal, não estende seus efeitos à matéria tributária.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Estão corretos os itens I e III.
- e) Estão corretos os itens II e III.

12- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O começo da alienação de bens por quem seja devedor perante a fazenda pública por crédito tributário inscrito na dívida ativa é considerado fraudulento.
- II. O crédito tributário é o n. 1 na ordem de prioridade de pagamento dos débitos por empresa insolvente.
- III. Na falência o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Estão corretos os itens I e III.
- e) Estão corretos os itens II e III.

13- Assinale a opção que esteja em desacordo com o CTN.

- a) A regulação da competência e dos poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização tributária, segundo o CTN, prescinde de lei, bastando norma da "legislação tributária".
- b) Mesmo quando não veiculadas em lei, as normas de fiscalização aplicam-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- c) A fiscalização tributária terá amplos poderes de investigação, ressalvadas as disposições legais expressas excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros ou arquivos.
- d) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- e) A obrigação de prestar informações requisitadas pelo fisco não abrange as relativas a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

14- Assinale a opção incorreta.

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo.
- b) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- e) equidade na forma de participação no custeio.

15- É segurado facultativo da Previdência Social:

- a) a pessoa física que explora atividade agropecuária, em área superior a quatro módulos fiscais.
- b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo.
- c) o ministro de confissão religiosa.
- d) a dona-de-casa, o síndico de condomínio não remunerado, o estudante e outros aludidos em lei ou em regulamento.
- e) o bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa, em desacordo com a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 16- Não se considera empresa, nem a ela se equipara, para fins de custeio da Previdência Social,
- a firma individual que reúne elementos produtivos para a produção ou circulação de bens ou de serviços e assume o risco de atividade econômica urbana ou rural.
 - a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, ainda que tenha duração temporária.
 - a empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) que assuma o risco de atividade econômica.
 - a cooperativa, a missão diplomática e a repartição consular de carreiras estrangeiras ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade.
 - aquele que admite empregado a seu serviço, mediante remuneração, sem finalidade lucrativa, no âmbito residencial de diretor de empresa.
- 17- Não se destina integralmente ao financiamento da Seguridade Social, até 2015:
- a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Contribuinte Individual.
 - Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FIES – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional.
 - Taxa de Ocupação de Terrenos da União arrecadada pelas unidades da Previdência Social.
 - Remuneração de Depósitos Bancários percebida pelas unidades integrantes do Ministério da Saúde.
- 18- É vedada a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários para a realização de despesas distintas das enumeradas na Constituição. Entre essas, veda-se a aplicação de recursos dessa origem
- na cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
 - na proteção à maternidade, especialmente à gestante, nos termos da legislação pertinente.
 - no aporte de recursos à entidade de previdência, tendo em vista as prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
 - na proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, como previsto na legislação respectiva.
 - no pagamento de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- 19- Integra o salário de contribuição:
- o valor recebido a título de indenização por despedida sem justa causa nos contratos de trabalho por prazo determinado.
 - a parcela *in natura* recebida de acordo com programa de alimentação aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Lei da Alimentação do Trabalhador.
 - a importância recebida a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional.
 - o valor recebido como indenização de 40% do montante depositado no FGTS, como proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
 - a remuneração auferida, a qualquer título, em uma ou mais empresas, por trabalhador avulso, durante o mês, destinado a retribuir o trabalho.
- 20- Avalie as afirmações abaixo e marque a opção correspondente:
- a empresa é desobrigada a arrecadar a contribuição do contribuinte individual;
 - a empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado empregado e do trabalhador avulso;
 - contribuinte individual, quando exercer atividade econômica por conta própria é obrigado a recolher sua contribuição, por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem.
- As duas primeiras afirmações são corretas, e errada a outra.
 - A primeira afirmação é correta, sendo erradas as demais.
 - As três afirmações são corretas.
 - A primeira afirmação é errada, sendo corretas as demais.
 - As três afirmações são erradas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

CONTABILIDADE GERAL

21- A firma Equacionada S.A. apurou o seu patrimônio em 2011, computando os saldos iniciais e a movimentação do exercício. Disto resultaram os valores abaixo listados:

Bens	R\$ 200.000,00
Direitos	R\$ 150.000,00
Obrigações	R\$ 215.000,00
Situação Líquida	R\$ 135.000,00
Aumentos de ativo	R\$ 100.000,00
Aumentos de passivo	R\$ 120.000,00
Reduções de ativo	R\$ 45.000,00
Reduções de passivo	R\$ 80.000,00
Obtenção de ganhos e rendas	R\$ 95.000,00
Realização de consumos	R\$ 70.000,00

Considerando que todo o movimento contábil dessa entidade está expresso na equação acima, pode-se dizer que o item que a completa será um aumento de

- a) Aplicação no valor de R\$ 10.000,00.
 - b) Origem no valor de R\$ 10.000,00.
 - c) Aplicação no valor de R\$ 5.000,00.
 - d) Origem no valor de R\$ 5.000,00.
 - e) Redução de origens no valor de R\$ 5.000,00.
- 22- Considere uma operação de compra de materiais para revender, constante de 300 unidades ao preço unitário de R\$ 600,00, com incidência de ICMS a 12% e de IPI a 8%.
- Se a operação for realizada a prazo, vai gerar uma dívida, com fornecedores, no valor de
- a) R\$ 172.800,00.
 - b) R\$ 180.000,00.
 - c) R\$ 194.400,00.
 - d) R\$ 201.600,00.
 - e) R\$ 216.000,00.

23- A empresa Metalfino Ltda. não sofre tributação nas operações de compra e venda de mercadorias; só opera com transações extra-caixa; utiliza o método de controle permanente de estoques, com avaliação a preço médio ponderado.

Em 15 de outubro a empresa realizou a venda de 120 unidades ao preço unitário de 12 reais. As compras do mês foram: 150 unidades a 8 reais cada uma em 05/10 e 60 unidades a 11 reais, em 18/10.

Sabendo-se que em 30 de setembro desse ano já havia um estoque de mercadorias no valor de R\$ 500,00 correspondentes a 100 unidades, pode-se afirmar que o custo das mercadorias vendidas em outubro foi de

- a) R\$ 600,00.
- b) R\$ 660,00.
- c) R\$ 780,00.
- d) R\$ 816,00.
- e) R\$ 960,00.

24- A empresa Confiante Ltda. apresenta a seguinte movimentação com créditos a receber e clientes:

No balanço de 2010, em 31/12: tinha créditos a receber de R\$ 2.800,00 e provisão para perdas prováveis de R\$ 84,00.

Durante o exercício de 2011, contabilizou o recebimento de créditos R\$ 980,00; a baixa por não recebimento R\$ 120,00; a incorporação de novos créditos a receber R\$ 1.700,00; o desconto de duplicatas no banco R\$ 500,00.

Em 31/12/2011, para fins de balanço, deverá fazer um nova provisão para perdas prováveis, no montante de

- a) R\$ 51,00.
- b) R\$ 84,00.
- c) R\$ 87,00.
- d) R\$ 102,00.
- e) R\$ 171,00.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Área para rascunho

25- A empresa Merendaria Maria Ltda. realizou, no banco em que é correntista, uma operação de desconto de títulos com incidência de juros. O lançamento necessário para contabilizar essa operação no Diário da empresa deverá ser

a) Bancos c/Movimento		
a Diversos		
a Duplicatas Descontadas	xxx,xx	
a Encargos da Operação	<u> x,xx</u>	xxx,xx
b) Diversos		
a Duplicatas Descontadas		
Bancos c/Movimento	xxx,xx	
Encargos da Operação	<u> x,xx</u>	xxx,xx
c) Bancos c/Movimento		
a Diversos		
a Duplicatas a Receber	xxx,xx	
a Encargos da Operação	<u> x,xx</u>	xxx,xx
d) Diversos		
a Duplicatas a Receber		
Bancos c/Movimento	xxx,xx	
Encargos da Operação	<u> x,xx</u>	xxx,xx
e) Duplicatas Descontadas		
a Duplicatas a Receber		xxx,xx
e		
Encargos da Operação		
a Bancos c/Movimento		x,xx

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

26- A companhia Metalgrosso S.A. apresenta como extrato de seu Livro Razão, em 31.12.2011, a seguinte relação de contas e respectivos saldos:

Contas	saldos
01 - Ações de Coligadas	60
02 - Ações em Tesouraria	10
03 - Aluguéis Passivos	32
04 - Amortização Acumulada	25
05 - Bancos c/ Movimento	100
06 - Caixa	80
07 - Capital a Realizar	45
08 - Capital Social	335
09 - Clientes	120
10 - Comissões Ativas	46
11 - Custo das Vendas	200
12 - Depreciação	28
13 - Depreciação Acumulada	45
14 - Descontos Concedidos	18
15 - Descontos Obtidos	17
16 - Despesas de Organização	90
17 - Duplicatas a Receber	85
18 - Duplicatas a Pagar	115
19 - Duplicatas Descontadas	35
20 - Fornecedores	195
21 - Máquinas e Equipamentos	130
22 - Mercadorias	145
23 - Móveis e Utensílios	40
24 - Obrigações Trabalhistas	18
25 - Prêmio de Seguros	40
26 - Prejuízos Acumulados	12
27 - Provisão para Devedores Duvidosos	30
28 - Provisão para Imposto de Renda	22
29 - Receitas de Vendas	350
30 - Reservas de Capital	65
31 - Reservas de Lucro	125
32 - Salários e Ordenados	60
33 - Seguros a Vencer	28
34 - Títulos a Pagar	20
35 - Veículos	180

Elaborando um balancete de verificação com os saldos acima, certamente encontraremos saldos credores no montante de

- R\$ 1.065,00.
- R\$ 1.308,00.
- R\$ 1.338,00.
- R\$ 1.373,00.
- R\$ 1.443,00.

27- Assinale a opção correta.

- São coligadas as empresas quando uma participa com 10% ou mais do capital social da outra sem exercer o controle acionário.
- O investimento é considerado relevante quando atinge ou ultrapassa 20% do patrimônio líquido da investida (ou 15% se for considerado um grupo de empresas).
- Capital Social é o capital subscrito e pago pelos acionistas quando adquirem ações, seja no início da sociedade ou quando ela promove aumento de capital durante seu funcionamento.
- A operação de *leasing* é um arrendamento mercantil ou aluguel de bens móveis; a sociedade de *leasing* concede um bem à empresa e essa lhe paga um aluguel mensal; o bem não deverá ser contabilizado como ativo.
- A expressão impostos a recolher é adequada ao nome da conta Impostos a Pagar porque, na verdade, quem paga o imposto é o consumidor; a empresa apenas entrega ou recolhe o imposto ao governo.

28- Uma empresa, cujo livro Razão contém essas contas, apresentou os seguintes saldos para compor o balanço patrimonial em 31/12/2011.

01 - Ações de Coligadas	10.000,00
02 - Aluguéis pagos Antecipadamente	1.200,00
03 - Bancos c/Movimento	20.000,00
04 - Bancos c/Poupança	6.000,00
05 - Caixa	3.000,00
06 - Capital a Integralizar	12.000,00
07 - Capital Social	55.000,00
08 - Clientes	9.000,00
09 - Contas a Receber	11.000,00
10 - Depreciação Acumulada	3.500,00
11 - Despesa de Organização	2.500,00
12 - Despesas Pré-Operacionais	2.000,00
13 - Duplicatas a Pagar	25.000,00
14 - Duplicatas a Receber	15.000,00
15 - Duplicatas Descontadas	8.000,00
16 - Empréstimos a Coligadas	6.500,00
17 - Empréstimos Bancários	32.000,00
18 - Endosso para Desconto	8.000,00
19 - Móveis e Utensílios	21.000,00
20 - Prov. p/Créditos de Liquidação Duvidosa	1.000,00
21 - Provisão para Férias	3.000,00
22 - Provisão para Imposto de Renda	4.500,00
23 - Reserva Legal	2.000,00
24 - Seguros a Vencer	1.800,00
25 - Títulos Endossados	8.000,00
26 - Títulos a Receber	13.000,00

Ao elaborar o balanço patrimonial a empresa vai apresentar um Ativo Circulante no valor de

- a) R\$ 58.000,00.
- b) R\$ 68.000,00.
- c) R\$ 69.800,00.
- d) R\$ 71.000,00.
- e) R\$ 79.000,00.

Área para rascunho

29- A firma Mobiliada S.A. possui móveis e utensílios adquiridos em dezembro de 2010 por R\$ 40.000,00. Incorporados ao grupo imobilizado em janeiro de 2011, esses bens são depreciados com valor residual de 5%, considerando-se uma vida útil de 10 anos como é costumeiro.

No exercício de 2012, no balanço de 31 de dezembro, a empresa deverá apresentar esses móveis com valor contábil de

- a) R\$ 40.000,00.
- b) R\$ 32.400,00.
- c) R\$ 32.000,00.
- d) R\$ 30.400,00.
- e) R\$ 30.000,00.

30- A S.A. Sociedade Abraços, no exercício de 2011, evidência um prejuízo contábil e fiscal de R\$ 4.300,00; uma provisão para imposto de renda de R\$ 5.000,00; e um resultado positivo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e das participações no valor de R\$ 35.000,00.

Deste resultado a empresa deverá destinar R\$ 3.000,00 para participação estatutária de empregados; R\$ 2.700,00 para participação estatutária de administradores; R\$ 2.000,00 para reserva estatutária; além da reserva legal de R\$ 1.000,00.

Após a contabilização correta desses procedimentos, pode-se dizer que o encerramento da conta de resultado do exercício foi feito com um lançamento a débito no valor de

- a) R\$ 17.000,00.
- b) R\$ 19.000,00.
- c) R\$ 20.000,00.
- d) R\$ 24.300,00.
- e) R\$ 25.700,00.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

- 31- Constitui rendimento para fins do Imposto sobre a Renda, exceto,
- a) todo o produto do capital.
 - b) o provento de qualquer natureza.
 - c) o acréscimo patrimonial não correspondente aos rendimentos declarados.
 - d) a pensão e os alimentos percebidos em mercadoria.
 - e) todo produto do trabalho.
- 32- É pessoalmente responsável pelo pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física
- a) o sucessor a qualquer título quando se apurar, na abertura da sucessão, que o *de cujos* não apresentou declaração de rendimentos de exercícios anteriores, caso em que responde por toda a dívida.
 - b) o espólio, pelo tributo devido pelo *de cujos*, quando se apurar que houve falta de pagamento de imposto devido até a data da abertura da sucessão, sendo que, nesse caso, não serão cobrados juros moratórios e multa de mora.
 - c) o cônjuge meeiro, quando se apurar, na abertura da sucessão, que o *de cujos* apresentou declaração de exercícios anteriores com omissão de rendimentos, mesmo que a declaração tenha sido em separado.
 - d) o sucessor a qualquer título, pelo tributo devido pelo *de cujos* até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da herança.
 - e) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro quando se apurar, na abertura da sucessão, que o *de cujos* não apresentou declaração de rendimentos de exercícios anteriores ou o fez com omissão de rendimentos, caso em que respondem por toda a dívida.
- 33- São contribuintes do Imposto de Renda da Pessoa Física
- a) as pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza.
 - b) as pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, e aquelas que mesmo sem serem residentes no País, sejam titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza percebidos no exterior.
 - c) as pessoas físicas brasileiras domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza.
 - d) as pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza que percebam os rendimentos somente de fontes situadas no País.
 - e) as pessoas físicas brasileiras domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza, que percebam rendimentos, independentemente da localização da fonte.
- 34- Respondem pelo Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, exceto
- a) a pessoa física sócia da pessoa jurídica extinta mediante liquidação que continuar a exploração da atividade social.
 - b) as sociedades que receberem parcelas do patrimônio da pessoa jurídica extinta por cisão.
 - c) a pessoa jurídica que incorporar outra.
 - d) a pessoa jurídica resultante da transformação de outra.
 - e) a pessoa jurídica que adquirir unidade produtiva isolada.
- 35- Quanto ao domicílio fiscal da pessoa jurídica, relativo ao Imposto sobre a Renda, assinale a opção correta.
- a) Quando houver pluralidade de estabelecimentos, a pessoa jurídica pode optar pelo lugar onde se achar a residência do sócio administrador ou a sede da empresa.
 - b) Quando existir um único estabelecimento, o domicílio será o lugar da situação deste.
 - c) O domicílio fiscal de residentes ou domiciliados no exterior é o lugar onde se achar a residência do procurador ou representante no país.
 - d) Quando a empresa é fonte pagadora, o domicílio será no estabelecimento centralizador de suas operações, independentemente do lugar do estabelecimento que pagar, creditar, remeter ou empregar rendimento sujeito ao imposto no regime de tributação na fonte.
 - e) No caso de eleição de domicílio que dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, a autoridade pode considerar como tal o lugar da residência do administrador.
- 36- Em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, assinale a opção incorreta.
- a) A incerteza quanto ao período de apuração de escrituração de rendimento somente constitui fundamento para lançamento de diferença de imposto quando dela resultar a redução indevida do lucro real.
 - b) Quando o rendimento foi percebido com retenção na fonte, a empresa beneficiada fará a escrituração como receita pela respectiva importância bruta, ou seja, sem considerar o desconto.
 - c) O regime de competência foi adotado pela lei tributária para todas as empresas que estão obrigadas ou optarem em apurar os seus resultados com base no lucro presumido.
 - d) A receita líquida de vendas e serviços será a receita bruta diminuída das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas.

- e) Caracteriza-se como omissão de receita a indicação na escrituração de saldo credor de caixa.
- 37- Com relação à tributação da pessoa jurídica, pode-se afirmar que
- a) a regra é o pagamento com base no lucro real, a exceção é a opção feita pelo contribuinte pelo pagamento do imposto sobre a renda e adicional determinados sobre base de cálculo estimada.
 - b) a pessoa jurídica pode optar pelo arbitramento, pois se trata de base de cálculo substitutiva em face de dificuldade ocorrida na apuração pelo lucro presumido.
 - c) a opção do contribuinte pela apuração com base no lucro presumido permite ao contribuinte deixar de apresentar ao fisco sua escrituração contábil.
 - d) o contribuinte é sempre obrigado à tributação com base no lucro real.
 - e) o contribuinte é livre para optar entre a tributação pelo lucro real, lucro presumido ou arbitrado.

38- Assinale a opção incorreta quanto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

- a) O sujeito passivo, demonstrando por meio de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto devido no período calculado com base no lucro real, pode suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês.
- b) Ficam dispensadas do pagamento mensal as pessoas jurídicas que demonstrarem, por meio de balanços ou balancetes mensais, a existência de prejuízos fiscais apurados a partir do mês de janeiro do ano-calendário.
- c) O pagamento do imposto de renda no mês de janeiro do ano-calendário fica dispensado se for demonstrado, por meio de balancetes mensais relativos ao ano anterior, que o valor já pago excedeu o valor devido no mês de dezembro.
- d) A inobservância do regime de competência quanto a apuração de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, somente constitui fundamento para lançamento de imposto ou de diferença de imposto se dela resultar a postergação de seu pagamento para período de apuração posterior ao que seria devido.
- e) A inobservância do regime de competência quanto a apuração de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto ou de diferença de imposto se dela resultar a redução indevida do lucro real em qualquer período de apuração.

39- Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira é fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados, considerando-se ocorrido o referido desembaraço quando a mercadoria consta como tendo sido importada e o extravio ou avaria venham a ser apurados pela autoridade fiscal, inclusive na hipótese de mercadoria sob regime suspenso de tributação.
- II. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de armazém-geral ou outro depositário do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial depositante, quanto aos produtos entregues diretamente a outro estabelecimento.
- III. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída do estabelecimento industrial diretamente para estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, por ordem do encomendante, quanto aos produtos mandados industrializar por encomenda.

- a) Somente o item I está correto.
- b) O item I e o item II estão corretos.
- c) Os itens I, II e III estão corretos.
- d) Os itens II e III estão corretos.
- e) Os itens I e III estão corretos.

40- Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. Para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, a industrialização é caracterizada como qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto.
- II. O aperfeiçoamento para consumo é considerado como industrialização, para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, dependendo do processo utilizado para obtenção do produto e da localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.
- III. A alteração da apresentação do produto pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria, é caracterizado como industrialização para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

- a) Somente o item I está correto.
- b) O item I e o item II estão corretos.
- c) Os itens I, II e III estão corretos.
- d) Os itens II e III estão corretos.
- e) Os itens I e III estão corretos.

41- Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

São equiparados aos estabelecimentos industriais para fins de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados:

- I. Os estabelecimentos que comercializam produtos cuja industrialização tenha sido realizada por outro estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, mediante a remessa, por eles efetuada, de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, recipientes, moldes, matrizes ou modelos.
 - II. Os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem, para comercialização, diretamente da repartição que os liberou, produtos importados por outro estabelecimento da mesma firma.
 - III. Os estabelecimentos atacadistas e cooperativas de produtores que derem saída a bebidas alcoólicas.
- a) Somente o item I está correto.
 - b) O item I e o item II estão corretos.
 - c) Os itens I, II e III estão corretos.
 - d) Os itens II e III estão corretos.
 - e) Os itens I e III estão corretos.

42- Assinale a opção incorreta.

- a) As isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados, salvo disposição expressa de lei, referem-se ao produto e não ao contribuinte ou adquirente.
- b) A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando possuir caráter subjetivo, só exclui o crédito tributário quando o seu titular estiver na situação de contribuinte ou responsável.
- c) Se a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados estiver condicionada à destinação do produto e a este for dado destino diverso do previsto, estará o responsável pelo fato sujeito ao pagamento do imposto e da penalidade cabível.
- d) Os produtos desembaraçados como bagagem só poderão ser depositados para fins comerciais ou expostos à venda após comunicação obrigatória à Receita Federal para fins de controle do pagamento posterior do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- e) O titular da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados poderá renunciar ao benefício, devendo comunicar o fato à unidade da Receita Federal de sua jurisdição.

43- Quanto à obrigatoriedade de rotulagem ou marcação de produtos, exigida na legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, pode-se afirmar, exceto:

- a) a rotulagem ou marcação será feita no produto e no seu recipiente, envoltório ou embalagem.
- b) a rotulagem ou marcação será feita antes da saída do estabelecimento, em cada unidade, em lugar visível, por processo de gravação, estampagem ou impressão.
- c) nos tecidos a rotulagem ou marcação será feita nas extremidades de cada peça, com indicação de sua composição, vedado cortar as indicações constantes da parte final da peça.
- d) no caso de impossibilidade ou impropriedade de rotulagem ou marcação no produto, o fato será comunicado à Receita Federal do Brasil para fins de dispensa.
- e) das amostras grátis isentas do imposto e das que, embora destinadas a distribuição gratuita, sejam tributadas, constarão, respectivamente, as expressões "Amostra Grátis Isenta de IPI" e "Amostra Grátis Tributada".

44- Quanto aos estabelecimentos industriais fabricantes de cigarros, segundo a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, assinale a opção correta.

- a) Tais estabelecimentos estão obrigados à instalação de contadores de produção, exceto no caso da instalação de equipamento que permita o controle e o rastreamento dos produtos em todo território nacional.
- b) Os equipamentos contadores de produção deverão ser instalados em todas as linhas de produção existentes nos estabelecimentos industriais fabricantes de cigarros, em local correspondente ao da aplicação do selo de controle.
- c) No caso de avaria dos contadores de produção, o contribuinte terá o prazo de trinta dias para conserto, sendo obrigado a utilizar o selo de controle enquanto perdurar a interrupção.
- d) Os equipamentos contadores de produção, em condições normais de operação, deverão permanecer acessíveis para ações de configuração ou para interação manual direta com o fabricante.
- e) Nem todos os estabelecimentos industriais fabricantes de cigarros estão obrigados à instalação de contadores de produção, somente aqueles que não tenham aparelhos que façam o controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos produzidos.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

45- São responsáveis solidários pelo pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados

- a) os possuidores ou detentores, em relação os produtos tributados que possuírem ou mantiverem para fins de venda ou industrialização, acompanhados ou não de documentação comprobatória de sua procedência.
- b) os adquirentes de mercadorias de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.
- c) os transportadores em relação aos produtos tributados que transportarem, acompanhados ou não de documentação comprobatória de sua procedência.
- d) os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, mesmo que não alcançado pela imunidade prevista no art. 150 da Constituição Federal.
- e) os estabelecimentos equiparados a industrial, quanto aos fatos geradores relativos aos produtos que deles saírem, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrente de atos que sejam por eles praticados.

46- Sobre território aduaneiro, portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, recintos alfandegados, e administração aduaneira, é incorreto afirmar que:

- a) o território aduaneiro compreende todo o território nacional.
- b) compreende-se na Zona de Vigilância Aduaneira a totalidade do Estado atravessado pela linha de demarcação, ainda que parte dele fique fora da área demarcada.
- c) com exceção da importação e exportação de mercadorias conduzidas por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior, observadas as regras de controle estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.
- d) portos secos são recintos alfandegados de uso público nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro.
- e) a fiscalização aduaneira poderá ser ininterrupta, em horários determinados, ou eventual, nos portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados.

47- Sobre controle aduaneiro de veículos, é incorreto afirmar que:

- a) a entrada ou a saída de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados não poderá ocorrer em porto, aeroporto ou ponto de fronteira não alfandegado.
- b) o agente de carga, assim considerada qualquer pessoa que, em nome do importador ou do exportador, contrate o transporte de mercadoria, consolide ou desconsolide cargas e preste serviços conexos, e o operador portuário, também devem prestar as

informações sobre as operações que executem e respectivas cargas.

- c) o conhecimento de carga original, ou documento de efeito equivalente, constitui prova de posse ou de propriedade da mercadoria.
- d) a mercadoria procedente do exterior, transportada por qualquer via, será registrada em manifesto de carga ou em outras declarações de efeito equivalente. O manifesto de carga conterá a identificação do veículo e sua nacionalidade; o local de embarque e o de destino das cargas; o número de cada conhecimento; a quantidade, a espécie, as marcas, o número e o peso dos volumes; a natureza das mercadorias; o consignatário de cada partida; a data do seu encerramento; e o nome e a assinatura do responsável pelo veículo.
- e) no caso de divergência entre o manifesto de carga e o conhecimento de carga, prevalecerá o conhecimento de carga, podendo a correção do manifesto ser feita de ofício.

48- São tributos incidentes sobre o comércio exterior, exceto:

- a) Imposto de Importação.
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados.
- c) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- d) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis.
- e) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.

49- Sobre as disposições constitucionais relativas aos tributos incidentes sobre comércio exterior, e sobre a Zona Franca de Manaus, assinale a opção correta.

- a) Ao dispor sobre o Imposto de Importação, o art. 153, I, da Constituição Federal, reza que compete à União instituir impostos sobre importação de bens estrangeiros.
- b) O Imposto sobre Produtos Industrializados incide sobre mercadorias industrializadas destinadas ao exterior.
- c) Com o objetivo de fomentar as exportações, a Constituição Federal atribui, excepcionalmente, aos Estados e ao Distrito Federal a competência para exonerar os contribuintes do Imposto de Exportação.
- d) O art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), manteve a Zona Franca de Manaus, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição Federal.
- e) O art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional n. 42, de 19 de dezembro de 2003, acrescentou quinze anos ao prazo fixado no art. 40 do ADCT.

50- Sobre o Imposto de Importação, é incorreto afirmar que:

- a) o imposto não incide sobre mercadoria estrangeira em trânsito aduaneiro de passagem, acidentalmente destruída.
- b) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
- c) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação, inclusive no caso de despacho para consumo de mercadoria sob regime suspensivo de tributação e de mercadoria contida em remessa postal internacional ou conduzida por viajante, sujeita ao regime de importação comum.
- d) são contribuintes do imposto o importador, assim considerada qualquer pessoa que promova a entrada de mercadoria estrangeira no Território Nacional, o destinatário de remessa postal internacional indicado pelo respectivo remetente e o adquirente de mercadoria entrepostada.
- e) o representante, no País, do transportador estrangeiro é responsável subsidiário pelo imposto.

51- A Lei n. 11.898, de 8 de janeiro de 2009, instituiu o Regime de Tributação Unificada – RTU, na importação de mercadorias procedentes da República do Paraguai. Sobre o RTU, é correto afirmar, exceto:

- a) é vedada a inclusão no Regime de quaisquer mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final, bem como de armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas, inclusive alcoólicas, cigarros, veículos automotores em geral e embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças, medicamentos, pneus, bens usados e bens com importação suspensa ou proibida no Brasil.
- b) o Poder Executivo poderá fixar limites quantitativos, por tipo de mercadoria, para as importações.
- c) não poderá optar pelo RTU a microempresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, de que trata a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.
- d) a operação de importação e o despacho aduaneiro poderão ser realizados pelo empresário ou pelo sócio da sociedade empresária, por pessoa física nomeada pelo optante pelo Regime ou por despachante aduaneiro.
- e) decorrido o prazo de trinta dias da entrada no recinto alfandegado onde será realizado o despacho aduaneiro de importação ao amparo do Regime, sem que tenha sido iniciado ou retomado o respectivo despacho aduaneiro, por ação ou por omissão do optante pelo Regime, a mercadoria será declarada abandonada pela autoridade aduaneira e destinada na forma da legislação específica.

52- Acerca do Imposto de Exportação, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

- I. A Câmara de Comércio Exterior, observada a legislação específica, relacionará as mercadorias sujeitas ao Imposto de Exportação, mas de acordo com o art. 153, § 1º da Constituição Federal, a alteração das alíquotas do imposto é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.
- II. Mesmo considerando a função regulatória do Imposto de Exportação, suas alíquotas não poderão ser manejadas sem a observância de condições e limites estabelecidos em lei em sentido estrito.
- III. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, é incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer as alíquotas do Imposto de Exportação.
- IV. O Imposto de Exportação incide sobre mercadoria nacional ou nacionalizada destinada ao exterior. Considera-se nacionalizada a mercadoria estrangeira importada a título definitivo.

- a) Estão corretos somente os itens II e III.
- b) Estão corretos somente os itens I e III.
- c) Estão corretos somente os itens I e II.
- d) Estão corretos somente os itens II e IV.
- e) Todos os itens estão corretos.

53- Sobre os procedimentos gerais de importação e de exportação, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

- I. O despacho aduaneiro de importação poderá ser efetuado apenas em zona primária.
- II. A declaração de importação é o documento base do despacho de importação e será instruída com a via original do conhecimento de carga ou documento de efeito equivalente; a via original da fatura comercial, assinada pelo exportador; o comprovante de pagamento dos tributos, se exigível; e outros documentos exigidos em decorrência de acordos internacionais ou por força de lei, de regulamento ou de outro ato normativo.
- III. A conferência aduaneira na importação poderá ser realizada na zona primária ou na zona secundária.
- IV. A verificação de mercadoria, na conferência aduaneira ou em outra ocasião, será realizada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou, sob a sua supervisão, por Analista-Tributário, na presença do viajante, do importador, do exportador ou de seus representantes, podendo ser adotados critérios de seleção e amostragem, de conformidade com o estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Na hipótese de mercadoria depositada em recinto alfandegado, a verificação deverá ser realizada na presença do importador ou do exportador.

- a) Estão corretos somente os itens I e III.
b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
c) Estão corretos somente os itens II e III.
d) Estão corretos somente os itens II e IV.
e) Todos os itens estão corretos.
- 54- Sobre o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, e o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – SISCOSERV, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.
- I. O art. 25 da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, instituiu a obrigação de prestação de informações para fins econômico-comerciais ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.
- II. A prestação das informações de que trata o *caput* do art. 25 da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, também compreende as operações de compra e venda efetuadas exclusivamente com mercadorias e será efetuada por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado na rede mundial de computadores.
- III. O SISCOMEX é o instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.
- IV. No Brasil, em regra, o despacho aduaneiro é processado no SISCOMEX.
- a) Estão corretos somente os itens I e III.
b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
c) Estão corretos somente os itens I, III e IV.
d) Estão corretos somente os itens II e IV.
e) Todos os itens estão corretos.
- 55- Sobre os regimes aduaneiros especiais, é correto afirmar que:
- a) a concessão e a aplicação do Regime Especial de Trânsito Aduaneiro serão requeridas à autoridade aduaneira competente da unidade de destino.
b) sem prejuízo de controles especiais determinados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, depende de despacho para trânsito a remoção de mercadorias de uma área ou recinto para outro, situado na mesma zona primária.
c) no caso de transporte multimodal de carga internacional, na importação ou na exportação, quando o desembaraço não for realizado nos pontos de entrada ou de saída do País, a concessão do Regime Especial de Trânsito Aduaneiro será considerada válida para todos os percursos no território nacional, independentemente de novas concessões.
d) o Regime de *Drawback* não é considerado um incentivo à exportação.
e) a concessão do Regime de *Drawback* na modalidade suspensão é de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 56- Sobre os regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais, é incorreto afirmar que:
- a) a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 3º do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, para a Zona Franca de Manaus, abrange também os automóveis de passageiros.
b) a exportação de mercadorias da Zona Franca de Manaus para o exterior, qualquer que seja sua origem, está isenta do Imposto de Exportação.
c) de acordo com o Decreto-Lei n. 291, de 28 de fevereiro de 1967, a Amazônia Ocidental é constituída pelos Estados do Amazonas, do Acre, de Rondônia e de Roraima.
d) a venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB, de que trata a Lei n. 8.256, de 25 de novembro de 1991, para empresas ali estabelecidas, fica equiparada à exportação.
e) as áreas de livre comércio serão administradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus.
- 57- Sobre os regimes aduaneiros especiais e os regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais, assinale a opção incorreta.
- a) O Regime Especial de Trânsito Aduaneiro é o que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de tributos.
b) O Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária é o que permite a importação de bens que devam permanecer no País durante prazo fixado, com suspensão total do pagamento de tributos, ou com suspensão parcial, no caso de utilização econômica, na forma e nas condições estabelecidas na legislação.
c) No caso de extinção da aplicação do Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária para Utilização Econômica mediante despacho para consumo, os tributos originalmente devidos deverão ser recolhidos deduzido o montante já pago.
d) A concessão do Regime de *Drawback*, na modalidade de restituição, é de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e poderá abranger, total ou parcialmente, os tributos pagos na importação de mercadoria exportada após beneficiamento, ou utilizada na fabricação, complementação ou acondicionamento de outra exportada.
e) Não é permitida a aplicação de regimes aduaneiros suspensivos em Zonas de Processamento de Exportação.

- 58- Analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.
- I. O art. 23 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, dispõe sobre infrações consideradas dano ao Erário. De acordo com tal dispositivo, o dano ao erário decorrente das infrações previstas no *caput* do artigo será punido com a pena de perdimento das mercadorias. O aludido artigo também reza que as infrações previstas em seu *caput* serão punidas com multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria, na importação, ou ao preço constante da respectiva nota fiscal ou documento equivalente, na exportação, quando a mercadoria não for localizada, ou tiver sido consumida ou revendida, observados o rito e as competências estabelecidos no Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972.
 - II. Na hipótese de decisão administrativa ou judicial que determine a restituição de mercadorias que houverem sido destinadas, será devida indenização ao interessado, com recursos do Fundaf, tendo por base o valor declarado para efeito de cálculo do imposto de importação ou de exportação. Porém, tomar-se-á como base o valor constante do procedimento fiscal correspondente nos casos determinados na legislação.
 - III. A denúncia espontânea exclui a aplicação de penalidades de natureza tributária ou administrativa, com exceção das penalidades aplicáveis na hipótese de mercadoria sujeita a pena de perdimento.
 - IV. Aplicam-se às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de que trata a Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010, os regimes aduaneiros especiais e os incentivos fiscais aplicáveis à indústria de petróleo no Brasil.
- a) Estão corretos somente os itens I e III.
 - b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
 - c) Estão corretos somente os itens I e II.
 - d) Estão corretos somente os itens III e IV.
 - e) Todos os itens estão corretos.
- 59- O art. 76 da Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, dispõe acerca das sanções que os intervenientes nas operações de comércio exterior ficam sujeitos. Para efeito do disposto no referido artigo, considera-se interveniente, exceto:
- a) o despachante aduaneiro, salvo seus ajudantes, uma vez que, nos termos da legislação de regência, a responsabilidade é pessoal do despachante.
 - b) o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado.
 - c) o importador e o exportador.
 - d) o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito, o assistente técnico.
 - e) qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior.
- 60- Analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F). Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.
- I. Compete ao Ministro de Estado da Fazenda autorizar a destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
 - II. A destinação das mercadorias a que se refere o art. 28 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, será feita das seguintes formas: alienação; incorporação ao patrimônio de órgão da administração pública; destruição; ou inutilização.
 - III. O produto da alienação de que trata a alínea a do inciso I do *caput* do art. 28 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, terá a seguinte destinação: sessenta por cento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei n. 1.437, de 17 de dezembro de 1975; e quarenta por cento à seguridade social.
 - IV. Compete ao Presidente da República dispor sobre outras formas de destinação de mercadorias.
- a) Estão corretos somente os itens I e III.
 - b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
 - c) Estão corretos somente os itens I e II.
 - d) Estão corretos somente os itens III e IV.
 - e) Todos os itens estão corretos.